VOLUNTARIADO EM DEFESA CIVIL: INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PARA REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES

CIVIL DEFENSE VOLUNTEERING: INNOVATION, EDUCATION AND TRAINING FOR THE REDUCTION OF THE RISK OF DISASTERS

Alexander de Araújo Lima

Professor no Centro Universitário Celso Lisboa, UCL. MBA em Gestão Financeira, Auditoria e Controladoria.
<https://orcid.org/0000-0002-6998-1324>

Orlando Sodré Gomes

Engenheiro Civil, MSc.Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, SUBPDEC.
Professor no Centro Universitário Celso Lisboa, UCL.
<https://orcid.org/0000-0002-5988-4790>

Ivana Soares de Aguiar

Coordenadora da Coordenadoria de Estudos, Pesquisa e Treinamento.
Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, SUBPDEC.
<https://orcid.org/0000-0002-7178-2009>

Data de submissão: 12/11/2019

Data de aprovação: 11/12/2019

RESUMO

O engajamento da sociedade civil como parte interessada na redução do risco de desastres é elemento fundamental para construção de uma sociedade mais resiliente e preparada para os eventos adversos. A Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro tem o compromisso de informar a população carioca sobre as ameaças existentes na comunidade em que vive e, de maneira clara, fazer com que se tenha a compreensão dos riscos a que se está exposto em todas as dimensões de suas vulnerabilidades. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência da Defesa Civil do Rio de Janeiro em seu projeto de voluntariado, baseado na formação de pessoas da sociedade civil para que possam atuar com efetividade em situações cotidianas de risco, tendo como caminho metodológico a pesquisa documental e a coleta de registros quantitativos e qualitativos sobre a percepção dos voluntários formados pelo projeto. Este artigo demonstrará o perfil e satisfação destas pessoas, suas percepções sobre o conhecimento conquistado e como o projeto é continuado pelos próprios voluntários.

Palavras-chave: Defesa civil. Educação. Inovação.

ABSTRACT

Engaging civil society as a stakeholder in disaster risk reduction is a key element in building a more resilient and prepared society for adverse events. The Civil Defense of the Municipality of Rio de Janeiro is committed to inform the people of Rio de Janeiro about the threats that exist in the community in which they live and, in a clear way, to have an understanding of the risks that are exposed in all dimensions of their vulnerabilities. This paper aims to report the experience of the Civil Defense of Rio de Janeiro in its volunteer project, based on the training of civil society people so that they can act effectively in everyday situations of risk, having as a methodological path documentary research and collection of quantitative and qualitative records on the perception of the volunteers formed by the project. This article will demonstrate the profile and satisfaction of these people, their perceptions about the knowledge gained and how the project is continued by the volunteers themselves.

Keywords: Civil defense. Education. Innovation.

1 INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro, por meio da Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil - SUBPDEC, “promove o cadastramento e a capacitação de voluntários para atuação eficaz e segura” nas ações de prevenção, mitigação e preparação da população carioca por meio da oferta de um curso de formação de voluntários, cuja grade contempla os conhecimentos necessários a estas ações, aproveitando ao máximo a motivação deste cidadão.

Em agosto de 2016, a SUBPDEC promoveu uma disrupção em seu processo de captação e formação de voluntários, ao não considerar mais voluntário aquele cidadão que realizava um simples cadastro online, via seu site na *web*, e sim aquele que passou por um processo de seleção (entrevistas) e formação completa, que inclui noções básicas sobre defesa civil, percepção de risco, ações do órgão junto à população da cidade do Rio de Janeiro, conceito de resiliência, perfil e papel do voluntário na sociedade, prevenção e combate a incêndios - com abordagem teórica e prática, primeiros socorros e um módulo sobre o compartilhamento de experiências entre voluntários.

A questão central que se buscará responder ao longo deste trabalho é entender o que realmente motiva as pessoas a desenvolverem trabalho voluntário em seus momentos de folga e se a proposta desenvolvida pela Defesa Civil do Rio de Janeiro contempla essa necessidade.

Este trabalho é de suma relevância, pois, segundo Queiroz (2019), o trabalho voluntário é uma das modalidades encontradas pelo Estado para dar conta de parcela da população que vivencia carências na questão social; assim, esta forma de aproveitamento de mão de obra vem ganhando projeção na prestação de serviços assistenciais à população.

O objetivo principal deste trabalho é relatar a experiência da Defesa Civil da Cidade do Rio de Janeiro em seu projeto de voluntariado, baseado na formação de pessoas da sociedade civil para que possam atuar com efetividade em situações cotidianas de risco e em ações de prevenção, mitigação e preparação junto à população.

Para se alcançar o objetivo geral proposto, este artigo irá percorrer os seguintes objetivos específicos: levantar o processo de recrutamento e seleção das pessoas que buscam se tornar voluntárias da Defesa Civil; analisar a metodologia aplicada nos

encontros de formação e investigar a percepção acerca satisfação das pessoas que já passaram pelo programa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sociedade de Risco

A busca pelo engajamento ao serviço voluntário, sobretudo em ações humanitárias e assistenciais, pode estar justificada pelo conceito de “*sociedade de risco*”.

Segundo Guivant (2001), o conceito de sociedade de risco está ligado diretamente com o de conhecimento compartilhado e avanços tecnológicos, ou seja, os riscos são democráticos e afetam nações e classes sociais sem respeitar nenhum tipo de fronteiras.

O ponto de partida na teoria da sociedade de risco de Beck (1992) é o da “modernização reflexiva”. Para o autor, as consequências do desenvolvimento científico e industrial são uma gama de riscos que não podem ser contidos. Esta visão sombria foi classificada como “vulcão da civilização”.

Assim, riscos decorrentes da modernidade e suas consequências passam a ser mais presentes no dia a dia das pessoas, impulsionando a necessidade de ações cada vez mais frequentes.

Para Beck (1997), o processo de industrialização é diretamente proporcional ao processo de produção de riscos, uma vez que uma das principais consequências do desenvolvimento científico e industrial é a exposição de indivíduos a riscos.

“No sentido de uma teoria social e de um diagnóstico de cultura, o conceito de sociedade de risco designa um estágio na modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial” (BECK, 1997, p. 17).

Para reduzir riscos de desastres, é preciso que a gestão e o planejamento urbano e ambiental combinem medidas estruturais e medidas estruturantes, nas proporções necessárias e viáveis, possibilitando a mitigação dos riscos já existentes e evitando que o processo de urbanização promova a instalação de novos riscos (TUCCI, 2005).

A efetividade destas medidas demanda o conhecimento dos riscos existentes para subsidiar a gestão do território e evitar a instalação de novos riscos de desastres (VIANA; FORMIGA-JONHSSON, 2017; UNISDR, 2015).

Para a mitigação dos riscos inerentes à própria modernização e industrialização, pilares para a criação da teoria da sociedade de risco, o próprio agente considerado causador se torna “*mitigador*” desses riscos, ou seja, o uso da tecnologia e da informação são necessários para atenuar esses impactos. Os aplicativos móveis, por exemplo, podem contribuir neste processo, especialmente no sentido de tornar a gestão urbana mais participativa, ao possibilitar que os cidadãos e a iniciativa privada contribuam com o poder público na geração de dados e no monitoramento da cidade, criando possibilidades para participação efetiva na tomada de decisão.

Por conta da aproximação promovida pelas mídias sociais e o acesso globalizado à informação, a sociedade desperta interesse por inúmeros temas, dentre os quais a Redução do Risco de Desastres, empoderando-se do seu papel como parte interessada e buscando meios para melhorar seu entendimento e participação.

2.2 Voluntariado e Defesa Civil

O Projeto de Voluntariado em Defesa Civil tem como missão principal “obter a participação da sociedade civil priorizando as ações preventivas relacionadas à

minimização dos riscos de desastres e prestando socorro e assistência às populações atingidas” caso necessário (DEFESA CIVIL, 2016).

Conforme o Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres (2015), é necessário que se promova o “engajamento das partes interessadas”, permitindo seu empoderamento e inclusão, o que requer participação e compromisso da sociedade civil, voluntários, organizações de trabalho voluntário e organizações comunitárias. Estes entes devem colaborar com instituições públicas para compartilhar conhecimento específico e orientação pragmática no contexto do desenvolvimento e da implementação de marcos normativos, padrões e planos para a redução do risco de desastres.

A Redução do Risco de Desastres (RRD), de uma forma ampla, envolve uma série de ações e projetos, estruturais ou estruturantes, de maior ou menor complexidade, algumas envolvendo diversas instituições, outras praticamente de atuação exclusiva da Defesa Civil Municipal.

Os projetos de capacitação, treinamento e preparação da população frente a estes riscos envolvem profissionais de saúde, professores e sobretudo estudantes, de todos os níveis de escolaridade. Muitas destas iniciativas são possíveis por conta do engajamento e emprego da força de trabalho voluntário.

A integração com escolas é o trabalho de conscientização dos jovens sobre a existência e a importância do sistema, inclusive aproveitando para ressaltar a necessidade de realização de várias outras ações de Redução do Risco de Desastres e/ou Acidentes (MOTTA, 2013).

O Projeto Defesa Civil nas Escolas, realizado por vários anos e envolvendo milhares de alunos, teve resultados imensuráveis, tornando estes futuros cidadãos mais preparados e resilientes (UNISDR, 2017).

A Política Nacional de Proteção de Defesa Civil - PNPDEC (2012) considera os agentes voluntários como agentes de proteção e defesa civil, desde que exerçam, em caráter suplementar, serviços relacionados à proteção e defesa civil.

Segundo definição das Nações Unidas (2019), "o voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, às diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social, ou outros campos". O voluntariado proporciona que uma pessoa veja como sendo dela um problema que geralmente veria como distante.

O Projeto de formação de voluntários para atuação em proteção e defesa civil assume o seu papel na sociedade carioca, proporcionando ao ente público formar representação capacitada na sociedade.

2.3 Voluntariado e Inovação

Segundo Ries (2012), à medida que as organizações crescem, os empreendedores devem construir cenários que visem equilibrar as necessidades dos clientes existentes aos desafios de conseguir novos clientes, explorando novos modelos de negócio, simultaneamente. Este conceito, aplicável às *startups* - grupo de pessoas que tentam transformar uma ideia em um novo produto e criar uma empresa (RIES, 2012), converge com o conceito de inovação proposto por Higgins (1995), em que a inovação pode se dar no produto, que resulta em produtos novos ou serviços ou em melhorias dos produtos e serviços existentes. Desta forma, a Defesa Civil ao aplicar métodos, conceitos e práticas diferenciados na busca de novos públicos, implementa inovação em seu projeto de voluntariado.

A abordagem estritamente prática dos conteúdos e o estímulo à autonomia dos participantes do curso remete-nos à aprendizagem socioemocional defendida por Goleman

e Senge (2015), que indica ser de suma importância que alguns postulados pedagógicos pudessem ser agregados num único sistema educacional, de tal maneira que os estudantes pudessem elaborar seus próprios modelos e conceitos, de forma autônoma, e ainda testar suas próprias maneiras de compreender os problemas e desafios apresentados, construindo, assim, as competências necessárias, em um contexto onde o aprendiz é o protagonista da construção de seu aprendizado.

Por conta dessas assertivas, o tema de voluntariado e seus processos de formação, capacitação e engajamento social vem ganhando expressividade na sociedade brasileira, caracterizando a sua importância para a exploração em pesquisa científica.

Propostas de capacitação e formação de pessoas da sociedade civil para o engajamento e emprego de trabalho voluntário são comuns em nossa sociedade. No entanto, a experiência analisada na Defesa Civil do Rio de Janeiro, nos remete à aplicação de estratégias diferenciadas, o que caracteriza este projeto, objeto de estudo deste trabalho, como uma iniciativa inovadora, em função das práticas educacionais aplicadas.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa teve como campo de aplicação a Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil da Cidade do Rio de Janeiro - SUBPDEC, e estudará, especificamente, o processo de captação, seleção e formação do Projeto Voluntariado em Defesa Civil.

O caminho metodológico para construção deste artigo será composto inicialmente pela pesquisa bibliográfica, com busca de artigos e outras publicações científicas sobre o tema, utilizando-se das palavras-chave: voluntariado, educação e defesa civil. Buscar-se-ão, ainda, publicações sobre o conceito de inovação e sobre aprendizagem socioemocional (ASE) para o entendimento do processo de formação.

A aplicação de questionário estruturado com doze perguntas claras e objetivas sobre a percepção dos voluntários acerca do programa conterá questões fechadas visando a um levantamento quantitativo para posterior análise e entendimento. Para aplicação deste questionário, foi utilizada a plataforma online Google Forms com adesão de 94 respondentes em um universo de 139 voluntários já formados pelo programa desde a sua implantação.

O período de aplicação do questionário foi de 13 de novembro de 2018 até 16 de agosto de 2019, e converge com o período de capacitação das três últimas turmas formadas pelo projeto.

Por último, foi realizada entrevista com seis profissionais, dentre estes instrutores e demais responsáveis pelo projeto na Defesa Civil, visando obter uma percepção qualitativa sobre a efetividade e eficácia do projeto. As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre 30 de maio e 3 de junho de 2019.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O processo de captação de voluntários para atuação na Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil do Rio de Janeiro é realizado por meio de inscrição no site da instituição após aceite dos termos e condições legais.

Outra porta de entrada é a indicação realizada por pessoas que já passaram pelo processo de formação e que entendem que a pessoa indicada possui o perfil adequado a fazer parte da formação.

Os candidatos inscritos no site são convidados a participar de um momento de apresentação do projeto, em que são debatidos temas como a metodologia, calendário das aulas, módulos que serão discutidos e sobre o perfil esperado pelo voluntário. Neste primeiro contato é observada, também, a motivação deste cidadão em se tornar voluntário e principalmente a razão de sua escolha.

Os organizadores do programa de formação definem o processo como “autoeliminatório”, visto que cerca de 80% das inscrições se perdem ao longo deste processo até o primeiro dia de aula. O processo eliminatório acontece quando os candidatos inscritos não respondem ao e-mail com a convocação para o encontro de apresentação ou quando aqueles que respondem e agendam uma data não comparecem no dia combinado.

Esta eliminação tácita indica que grande parte daqueles que chegam à formação estejam com perfil e propósitos alinhados às premissas do projeto, ou seja, pessoas com a disposição necessária para colaborar em eventuais projetos de prevenção, e, sobretudo, que tenham o entendimento da importância do trabalho voluntário para a sociedade.

A metodologia aplicada na formação é baseada nos princípios da Aprendizagem Socioemocional (ASE) defendida por Goleman e Senge (2017), em que se estimulam o foco no indivíduo, sua vontade, engajamento e, conseqüentemente, atenção para aprender; o foco nas relações com o outro e empatia, ou seja, conhecer e aprender em conjunto com seus pares; e o foco no mundo, como um grande sistema, onde todos os conhecimentos e saberes compartilhados são aplicados e passam a fazer sentido. Este direcionamento converge para encontros práticos permeados por metodologias ativas de aprendizagem, como mostra a Figura 1:

Figura 1 - Simulação realística de atendimento a acidentado - Módulo de Primeiros Socorros.

Fonte: Acervo Defesa Civil (2019).

Os tópicos que são abordados na capacitação foram escolhidos em função da sua relevância para a formação do voluntário. Gardner (2007) afirma que é necessário “identificar aquilo que realmente importa e dedicar-se por uma quantidade de tempo significativa a isso”, pois, segundo o autor, “se vale a pena estudar aquele assunto que seja feito em profundidade”

Gardner (2007), afirma, ainda, que para o desenvolvimento de uma mente disciplinada, é preciso uma abordagem plural do tema e que sejam oferecidas aos aprendizes oportunidades de representar suas compreensões em múltiplas condições.

Esta percepção vai ao encontro do “foco triplo” de Goleman e Senge (2017), ou seja, do autodesenvolvimento e esforço autônomo (foco em si, sua atenção, vontade e concentração), foco nos seus pares e foco no sistema, a partir da multiplicidade de abordagens e diversos modos de compreensão e aplicação.

O último módulo do curso é chamado de “*Abordagem Multidisciplinar em Voluntariado*”, quando são escolhidos, entre os voluntários já formados, aqueles que desejam compartilhar algum trabalho científico, prática, palestra ou outra experiência com o objetivo de motivar os aprendizes.

A pesquisa realizada com os voluntários define um perfil para as pessoas que empreenderam fazer o curso. A faixa etária predominante é de jovens entre 20 e 30 anos (39,4%) e de pessoas entre 30 a 40 anos (29,8%), o que converge com o nível de escolaridade, que é composto predominantemente de estudantes de nível superior (38,3%) e pessoas com a graduação já completa (22,3%). Observa-se, ainda, que 18,2% já concluíram uma pós-graduação, seja em *lato sensu* ou *stricto sensu*.

Entre os entrevistados, 45,7% declaram que sua atividade principal é ser estudante, e as áreas predominantes são: Engenharias (29,8%); Saúde (16%); Docência (8,5%) e Assistência Social (7,4%). Foram ainda citadas áreas relativas à gestão, vigilância patrimonial e bombeiro civil, entre outras.

Os resultados ora apresentados demonstram que a capacitação e formação para o serviço voluntário atraem jovens e estudantes de áreas tecnológicas ou de ciências humanas, muitos já com o perfil definido para o propósito do serviço voluntário, outros que observam o serviço voluntário como uma oportunidade para construção de redes profissionais e *network*, visando a inserção ou recolocação no mercado de trabalho, e outros como uma possibilidade de complementação de sua formação acadêmica, por meio do acúmulo de novos conhecimentos, horas de atividade complementar ou fonte de dados para produção científica.

Os respondentes informaram sobre que tipo de ação preventiva gostariam de desenvolver como voluntário (esta questão permitia a escolha de mais de uma opção). As ações preferenciais foram: eventos de mobilização (70,2%); trabalho nas escolas (64,9%) e eventos acadêmicos (54,3%).

Os voluntários também responderam sobre a disponibilidade e intenção de compartilhar algum trabalho científico, palestra ou simplesmente dividir alguma experiência relevante. Assim, 18,1% afirmaram possuir sim algo para apresentar, enquanto 13,8% demonstraram esse interesse, mas não sabem ao certo que conhecimento dividir.

Estes dados convergem com a análise sobre faixa etária e nível de escolaridade, em que se observa que o público voluntário demonstra perfil acadêmico e voltado para a produção do conhecimento. Esta percepção é ratificada sobre o perfil de eventos ou atividades os quais estes se dispõem a colaborar com maior frequência, e na disponibilidade de compartilhamento de conhecimentos por meio de trabalhos científicos, palestras ou projetos, como apresentado na Figura 2.

Figura 2 - Voluntária realizando palestra sobre Políticas Públicas para Redução de Riscos de Desastres

Fonte: Acervo Defesa Civil (2019)

Entre os temas preferidos pelos voluntários estão a Redução de Riscos de Desastres - RRD (66,7%), Primeiros Socorros (50,7%) e Prevenção e Combate a Incêndios (47,8%), o que converge para os temas que fazem parte da estrutura principal do curso. Os voluntários demonstram interesse também por gestão de riscos de desastres, logística humanitária, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e atenção à saúde (riscos não biológicos). Esta questão permitia que o voluntário indicasse mais de um tema de preferência, como podemos observar na Figura 3.

Figura 3 - Áreas de interesse levantadas pelos voluntários da Defesa Civil do Rio de Janeiro

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Todos os voluntários respondentes ao questionário recomendariam o projeto a amigos ou familiares.

Este trabalho contemplou, ainda, entrevistas com profissionais envolvidos no planejamento e aplicação das aulas ao longo do projeto. Foram entrevistados seis profissionais com a finalidade de investigar a percepção destes colaboradores e gestores.

No entendimento dos profissionais que atuam diretamente no projeto, seja na condução das aulas ou na organização dos encontros, é enaltecida a qualidade e os temas apresentados nas instruções. Alguns profissionais, no entanto, recomendariam a atuação dos voluntários em outras ações, inclusive nas ocasiões de resposta aos desastres.

Esta hipótese, embora viável e comum a outras iniciativas envolvendo voluntários, é refutada pelos gestores do projeto, por duas razões principais: (i) o treinamento oferecido não oferece habilitação técnica para que essas pessoas possam atuar nas “zonas quentes”, ou seja, os locais onde efetivamente está ocorrendo o desastre; (ii) o foco da formação de um agente voluntário é que este possa agir em situações cotidianas de maneira a evitar os desastres ou mitigar seus efeitos, ou seja, em ações preventivas com direcionamento para capacitações, treinamentos, palestras, eventos de mobilização e outras atividades antes da ocorrência dos eventos adversos.

Os entrevistados ratificam, ainda, a participação de vários segmentos da sociedade em especial o envolvimento de estudantes de vários níveis. Na opinião dos gestores, a inserção de estudantes pode incrementar o desenvolvimento de estudos e pesquisas para a construção da resiliência e fomentar a redução do risco de desastres, contribuição imensurável para a sociedade acadêmica, gestores públicos e população de uma forma geral.

Dentre os problemas relatados pelos profissionais está a falta de investimentos específicos e a fragilidade na continuidade do projeto, sobretudo no que se refere ao melhor aproveitamento desses voluntários no dia a dia do órgão de proteção e defesa civil.

Este estudo observou que o aproveitamento desses voluntários ocorre, em sua totalidade, pelo setor de pesquisa e treinamento do órgão de proteção e defesa civil, de maneira que as atividades operacionais, de engenharia e administrativas não fazem uso deste valioso recurso, o que ratifica a afirmação feita pelos entrevistados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho cumpre o seu objetivo principal, que é relatar a experiência da Defesa Civil da cidade do Rio de Janeiro em seu projeto de captação e formação de voluntários. Para o alcance deste objetivo maior, os objetivos específicos foram alcançados, visto que foram descritos os processos de captação e seleção dos voluntários; a metodologia aplicada nas aulas, tendo sido reconhecido, ainda, o perfil e a satisfação das pessoas que passaram pelo projeto.

O método de captação e seleção dos voluntários cumpre com o objetivo de engajar pessoas com o real entendimento da missão de voluntariado e com a disposição necessária para colaborar em eventuais projetos de prevenção capitaneados pela Defesa Civil da cidade do Rio de Janeiro.

O perfil dos voluntários formados pelo projeto indica a predominância de estudantes, pesquisadores e docentes alinhados com a temática da Redução do Risco de Desastres, que vêm no trabalho e formação como voluntários a oportunidade de desenvolver pesquisas e aprimorar seus estudos, e, com isso, contribuir com uma sociedade em que o conhecimento é compartilhado com o propósito de disseminar uma cultura de prevenção.

Os encontros de capacitação são permeados por metodologias que enfatizam a prática, troca de experiências entre os aprendizes e mentores, e, sobretudo, com aplicação prática no dia a dia, fazendo com que todo conhecimento construído possa ter uma relevância.

O nível de satisfação apurado com os voluntários ratifica a eficácia da aplicação, visto que a totalidade dos entrevistados recomendaria a participação a um familiar ou amigo. O projeto, no entanto, é insuficiente na continuidade e no aproveitamento destes egressos nas atividades regulares do órgão de proteção e defesa civil.

Conclui-se que se trata de uma iniciativa inovadora, pois introduz conceitos e práticas diferenciadas para execução da atividade de recrutamento e formação de voluntários no âmbito da Defesa Civil, motivando e engajando as pessoas por meio de elementos, temáticas e metodologias que despertam a atenção, sobretudo, de estudantes e pessoas do meio acadêmico, pois entendem o projeto como uma oportunidade de ajudar o próximo e de compartilhar de ideias, trabalhos e experiências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 12.608, de 10 de abril de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC. Poder Executivo, Brasília - DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm. Acesso em: 12 jun. 2019.

BECK, U. **Risk society: towards a new modernity.** Londres: Sage, 1992.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: UNESP, 1997.

GARDNER, H. **Cinco mentes para o futuro.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

GOLEMAN, D.; SENGE, P. **O foco triplo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

GUIVANT, J. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 16 abr., 2001: 95-112. ISSN 1413-0580.

HIGGINS, M. **Innovate or evaporate – test & improve your organizations i.q. its innovation quotient.** New York: New Management Publishing Company, 1995.

MOTTA, M.; ABELHEIRA, M.; GOMES, O.; FONSECA, W.; BESEN, D. (2014). "Rio de Janeiro Community Protection Program" in *Anais of 4th International Conference on Building Resilience*. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212567114009228>. Acesso em: 05 ago. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Sendai framework for disaster risk reduction 2015 - 2030**, 2015. Disponível em: https://www.preventionweb.net/files/43291_sendaiframeworkfordrren.pdf. Acesso em: 11 jun. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **O trabalho voluntário e a ONU.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/vagas/voluntariado/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

QUEIROZ, A. **Trabalho voluntário: da caridade cristã ao exercício cidadão.** Franca: Universidade Estadual Paulista. 2019.

RIES, E. **A startup enxuta**: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas. São Paulo: Lua de Papel, 2012.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria de Ordem Pública. Subsecretaria de Proteção de Defesa Civil. **Projeto voluntariado em defesa civil**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6995261/4190532/Projeto_Voluntariado_2017.pdf. Acesso em: 07 jun. 2019.

TUCCI, C. E. M. **Apostila do curso de gestão das inundações urbanas**. Porto Alegre, 2005.

VIANA, V. J.; FORMIGA-JOHNSSON, R. M. **Redução de riscos de desastres associados a inundações**: nova abordagem nas políticas públicas brasileiras. Rio de Janeiro: Semioses, 2017.